

# TENDÊNCIAS APOLOGÉTICAS<sup>a</sup>

Jürgen Habermas

Tradução: Márcio Suzuki

*É uma falha impressionante da literatura sobre o nacional-socialismo que ela não saiba ou não queira perceber em que escala tudo aquilo que o nacional-socialismo fez posteriormente, com exceção unicamente do processo técnico de extermínio pelo gás, já fora descrito numa ampla literatura no início dos anos 20... Não cometeram os nacional-socialistas, não cometeu Hitler um crime "asiático" apenas talvez porque consideravam a si e a seus iguais como vítimas potenciais de um "crime" asiático?*

Ernst Nolte, *Frankfurter Allgemeine Zeitung* de 6 de junho de 1986.

## I

["Às vítimas da guerra e da tirania" — essa inscrição na lápide do *Nordfriedhof de Bonn*<sup>b</sup> requer uma abstração considerável por parte do observador. De nossa formação cristã aprendemos que no dia do Juízo cada um de nós coloca-se sozinho, de maneira insubstituível e sem a proteção de nenhuma prerrogativa ou bem terreno, frente a frente com um Deus Julgador, com cuja benção contamos justamente porque não duvidamos da retidão de sua sentença. Um após outro, todos podem esperar o mesmo tratamento, tendo em vista a impermutabilidade entre histórias de vida que têm de responsabilizar-se por si mesmas. Dessa abstração do Juízo Final surgiu também aquele nexos conceitual entre individualidade e igualdade no qual ainda se apóiam os princípios universalizantes de nossa constituição, mesmo que estes sejam talhados para a falibilidade da faculdade humana de julgar. Foi, portanto, as intuições (*Intuitionen*) morais profundamente arraigadas que Alfred Dregger apelou no Bundestag quando, em 25 de abril de 1986, durante a discussão sobre a construção de um novo monumento em Bonn, opôs-se decididamente à concepção de que se deve distinguir entre criminosos e vítimas do regime nacional-socialista. O debate sobre a questão de se seria permitido construir um monumento comemorativo para criminosos e vítimas indistintamente, de saber se se poderiam homenagear criminosos e vítimas num mesmo contexto, tempo e lugar, é um debate sobre a aceitabilidade de uma abstração. Esta afirma todo o seu direito em outros contextos. Se se tratasse efetivamente de recordar mortos *individualmente*, quem poderia ousar classificar, em monumentos para criminosos e para vítimas, a dor indescritível de crianças, mulheres e homens, seu sofrimento imperscrutável ao olhar terreno?

Por outro lado, depois do espetáculo de 8 de maio de 1985<sup>c</sup>, não

(a) Este texto do livro *Eine Art Schadensabwicklung*, de 1987, é uma versão ampliada do artigo publicado no hebdomadário *Zeit* (11/07/1986) que desencadeou a "Quêrela dos Historiadores". O título do artigo era: "Eine Art Schadensabwicklung. Die apologetischen Tendenzen in der deutschen Zeitgeschichtsschreibung" (Uma Espécie de Acerto de Contas. As Tendências Apologéticas na Historiografia de Época Alemã). (NT)

(b) Cemitério ao norte (ou Cemitério Norte) de Bonn. (NT)

(c) Comemoração dos 40 anos do final da guerra. Neste dia, o então presidente norte-americano Ronald Reagan e Joseph Strauss visitaram o campo de concentração em Bergen-Belsen e o cemitério onde estão enterrados soldados nazistas, em Bitburg. (NT)

se pode levar a mal se alguém dá ouvidos à reivindicação de um memorial nacional único. Ou seja, o isolamento do monumento "provisório" no Nordfriedhof de Bonn só é sentido como uma falha por aqueles que precisamente não põem a recordação das vítimas da guerra e da tirania sob a abstração individualizante do Juízo Final, mas pretendem celebrar uma evocação de destinos coletivos. Essa era já a ótica da escultura de monumentos do século XIX — a recordação ritualizada do triunfo ou da derrota sofrida em conjunto pela nação deveria ajudar a estabilizar a coesão e a identidade da comunidade. Ainda hoje existem bons motivos para essa visão. A morte no *front* ou na prisão, na rua ou nos abrigos antiaéreos era, ao mesmo tempo, destino individual e partilhado; ferimentos, exílio e violência, fome, privação e solidão desesperadoras são, individualmente, representativos daquilo que muitos tiveram de suportar em condições semelhantes — soldados, viúvas de guerra, desalojados pelos bombardeios, refugiados: o sofrimento é sempre sofrimento concreto; não pode ser separado de seu contexto. E as tradições se formam a partir desse contexto de experiências comuns de sofrimento. Luto (*Trauer*) e reminiscência praticados em comum fortalecem as tradições.

Uma evocação que dê expressão a essa necessidade legítima está sob a premissa de laços de vida partilhados tanto no bem quanto no mal. Tudo depende, por certo, do tipo da forma de vida. Quanto menos traços comuns esses laços de vida coletiva guardaram interiormente, quanto mais eles se mantêm exteriormente pela usurpação e destruição da vida alheia, tanto maior é a ambivalência do ônus da reconciliação que se inflige ao trabalho de luto (*Trauerarbeit*) das gerações seguintes. Neste caso, forçar a integração póstuma, numa recordação indistinta, daqueles que em vida foram oprimidos ou excluídos não seria apenas o prosseguimento da usurpação — uma reconciliação extorquida? Dregger e seus amigos não podem querer ter as duas coisas: uma recordação formadora de tradição, que só conserva sua força de integração social enquanto remete ao destino coletivo — e a abstração justamente deste destino no qual, sem considerar suas diferenças individuais, muitos estiveram envolvidos como criminosos e co-responsáveis, enquanto outros como opositores e vítimas. Aqui também de nada servem os cálculos surpreendentes do senhor Dregger, dos quais resulta "que quase 10 milhões de membros de nosso povo foram violentamente privados de suas vidas desde 1914"<sup>1</sup> — o que, bem entendido, representa: o dobro dos judeus, ciganos, russos e poloneses mortos pelos nazistas.

Não se pode querer proceder a uma abstração moral e, ao mesmo tempo, insistir na concreção histórica. Quem, não obstante, persiste em enlutar-se por destinos coletivos, sem distinguir entre criminosos e vítimas, deve ter alguma outra coisa em vista. Quem absolve Bergen-Belsen de manhã e organiza uma reunião de veteranos de guerra à tarde em Bitburg tem um outro plano — um plano que não apenas compôs ontem o cenário para o 8 de maio, mas também inspira hoje o projeto de memoriais e novos edifícios para museus: uma República Federal da Alemanha

(1) Dregger, A., "Nicht in Opfer und Täter einteilen", *Das Parlament* 17, 24/05/1985, p. 21.

firmemente consolidada na comunidade de valores do Atlântico deve recuperar a autoconfiança nacional mediante a identificação com um passado apto ao consenso, sem perder-se num neutralismo de Estado. Essa investida de identificação na história nacional<sup>2</sup> requer, na verdade, duas outras operações de proteção aos flancos. Em primeiro lugar é preciso remover da memória setores da história mais recente ocupados negativamente, impeditivos à identificação; em segundo lugar é preciso que o medo sempre virulento do bolchevismo mantenha acesa a verdadeira imagem do inimigo, sob o signo da alternativa entre liberdade ou totalitarismo. O cenário de Bitburg continha exatamente esses três elementos. Através do sentimento nacional, a aura do cemitério de guerra serviu à mobilização da consciência histórica. A proximidade de Bitburg e Bergen-Belsen, de túmulos dos SS e câmaras de gás dos campos de concentração, tirou a singularidade dos crimes do nacional-socialismo; o aperto de mãos dos generais veteranos na presença do presidente americano pôde finalmente confirmar-nos que sempre estivemos do lado certo na luta contra o inimigo bolchevique. Nas semanas que antecederam ao encontro em Bitburg, Dregger e o FAZ fizeram o resto para explicar-nos esses elementos<sup>3</sup>.

Na verdade, estão traçados limites estreitos para essa constituição burocrática de sentido; precisa-se, por isso, dos serviços dos historiadores. Estes têm um lugar seguro no planejamento ideológico. Devem tratar a consciência histórica como massa de manobra para servir, com passados adequados e positivos, à necessidade de legitimação (*Legitimationsbedarf*) do sistema político. Como os historiadores de época estabelecidos procedem perante essa exigência?] <sup>3a</sup>

## II

O historiador de Erlangen, Michal Stürmer, prefere uma interpretação funcional da consciência histórica: "Num país sem história (alcança) o futuro quem completa a memória, gravando os conceitos e interpretando o passado"<sup>4</sup>. No sentido daquela visão de mundo neoconservadora de Joachim Ritter, atualizada por seus alunos nos anos 70, Stürmer imagina os processos de modernização como uma espécie de acerto de contas (*eine Art Schadensabwicklung*). Pela alienação inevitável que experimenta enquanto "molécula social" em meio a uma sociedade industrial coisificada, o indivíduo tem de ser compensado com um sentido que funde identidade. Stürmer, naturalmente, preocupa-se menos com a identidade do indivíduo que com a integração da comunidade. O pluralismo dos valores e dos interesses impele, "se já não encontra um solo comum..., cedo ou tarde à guerra civil social"<sup>5</sup>. É necessário aquela "fundação de sentido mais alta que, depois da religião, só nação e patriotismo foram até hoje capazes de produzir"<sup>6</sup>. Uma ciência da história politicamente consciente de sua reponsabilidade não fugirá ao chamado para formar e difundir uma

(2) Jeismann, K.E., "Identität statt Emanzipation. Zum Geschichtsbewusstsein in der Bundesrepublik" in Beilage zu Das Variament B 20-21, 1986, p. 3 e segs.

(3) Habermas, J., *Entsorgung der Vergangenheit, in Die Neue Unübersichtlichkeit*, Frankfurt/Main, 1985, p. 261 e segs.

(3a) O texto entre colchetes (inseridos pelo autor) que aqui termina não se encontrava na versão publicada em *Die Zeit*. (NT)

(4) Stürmer, M., "Suche nach der verlorenen Erinnerung", *Das Parlament* 17, 24/05/1986, p. 1.

(5) Idem, "Kein Eigentum der Deutschen: die deutsche Frage", in Weidenfels, W. (org), *Die Identität der Deutschen*, Bonn, 1983, p. 84.

(6) Idem, *ibidem*, p. 86.

imagem da história que fomenta o consenso nacional. De qualquer modo, a história como disciplina continuará sendo "impelida adiante pelas necessidades coletivas, em grande parte inconscientes, de fundação de sentido no interior do mundo, mas ela tem" — e Stürmer sente isso como um verdadeiro dilema — "de remover tais necessidades no método científico". Por isso, ela se põe na "linha divisória entre fundação de sentido e desmitologização"<sup>7</sup>.

Em primeiro lugar, observemos nessa linha divisória o historiador de Colônia, Andreas Hillgruber. Sem a competência de um especialista, só me arrisco a examinar o trabalho mais recente deste renomado historiador de época porque sua investigação, publicada numa edição para bibliófilos pela Wolf Jobst Siedler com o título *Zweiterlei Untergang (Dois Declínios)*, é manifestamente endereçada a leigos. Noto a auto-observação de um paciente que se submete a uma operação revisionista de sua consciência histórica<sup>8</sup>.

Na primeira parte de seu estudo, Hillgruber descreve a derrocada da frente oriental alemã durante o último ano da guerra, entre 1944 e 1945. No início, ele discute o "problema da identificação", ou seja, a questão de saber com qual das partes envolvidas o autor deveria identificar-se em seu relato.

Ora, uma vez que já recusou a interpretação da situação pelos homens de 20 de julho<sup>8a</sup> como de "caráter meramente ético", tendo em vista a responsabilidade ética da postura dos comandantes, conselheiros e prefeitos das localidades mais próximas do conflito, restam três posições. Hillgruber rejeita a perspectiva da resistência de Hitler como socialdarwinista. Também não entra em conta uma identificação com os vencedores. A perspectiva da libertação só se colocava para as vítimas dos campos de concentração, não para a nação alemã como um todo. O historiador só tem uma escolha: "Ele tem de identificar-se com o destino concreto da população alemã na frente oriental e com os esforços desesperados e cheios de sacrifício do exército alemão do Leste e da marinha alemã na região do Mar Báltico, que procuraram resguardar a população do leste alemão das orgias de vingança do Exército Vermelho, das mortes arbitrárias e das deportações indiscriminadas..., deixando livre o caminho de fuga para o Ocidente" (p. 24 e seg.).

Perguntamo-nos então, estupefatos, por que o historiador de 1986 não ensaiou uma retrospectiva de uma distância de 40 anos, ou seja, por que não deveria pôr-se em sua própria perspectiva, da qual, aliás, não pode separar-se. Tal perspectiva oferece, ademais, a vantagem hermenêutica de estabelecer relações entre as percepções seletivas das partes imediatamente envolvidas, ponderá-las umas em vista das outras e completá-las pelo saber do indivíduo que nasceu depois. Hillgruber, contudo, não quer escrever seu relato a partir desse ponto de vista, quase poder-se-ia dizer, "normal", pois nesse caso entrariam inevitavelmente em jogo questões acerca da "moral em guerras de extermínio". Ora, estas devem permanecer excluídas. Nesse mesmo contexto, Hillgruber lembra as palavras de Nor-

(7) Idem, *Dissonanzen des Fortschritts*. Munique, 1986, p. 12.

(8) Hillgruber, A., *Zweiterlei Untergang*. Siedler, 1986. As indicações de página seguem esta edição.

(8a) Em 20 de julho de 1944, um grupo de oficiais comandados pelo coronel Claus von Stauffenberg colocou uma bomba sob a mesa de conferências do quartel-general de Hitler. O atentado fracassou, mas teve grande repercussão. (NT)

bert Blüm segundo as quais as ações de extermínio nos campos de concentração também só podiam ser levadas adiante enquanto a "frente oriental" alemã se mantivesse. Esse fato bem poderia obnubilar aquela "terrível imagem de mulheres violentadas e assassinadas juntamente com seus filhos" que foi dada a conhecer pelos soldados alemães após a retomada de Nemmersdorf. Para Hillgruber, porém, trata-se de um relato do acontecimento a partir da visão dos soldados valentes, da população civil desesperada e também das autoridades "resolutas" do NSDAP<sup>8b</sup>; ele quer pôr-se nas vivências dos combatentes de então, as quais ainda não foram enfocadas e desvalorizadas por nossos conhecimentos retrospectivos. Essa intenção explica o princípio de divisão do estudo em "derrocada no Leste" e "extermínio dos judeus", dois processos que Hillgruber justamente *não* quer mostrar "em sua implicação sombria", conforme anuncia o texto de capa do livro.

(8b) NSDAP: Sigla do Partido Operário Alemão Nacional-Socialista. (NT)

### III

Depois dessa operação, que se tem de relevar em favor do dilema de uma história fundadora de sentido apontado por Stürmer, Hillgruber não hesita decerto em ainda lançar mão do saber do historiador nascido posteriormente, para corroborar a tese, introduzida no prefácio, de que a expulsão dos alemães do Leste não deve de forma alguma ser compreendida como uma "resposta" aos crimes nos campos de concentração. Através dos objetivos de guerra dos Aliados, ele mostra que "no caso de uma derrota alemã não havia, em nenhum momento da guerra, a perspectiva de salvar a maior parte das províncias prussiano-alemãs do Leste" (p. 61); ele explica o desinteresse das potências ocidentais nisso mediante uma "imagem-clichê da Prússia"<sup>8c</sup>. Hillgruber não percebe que a estrutura de poder do Reich poderia ter a ver com a estrutura social conservada principalmente na Prússia. Ele não faz nenhum uso de informações das ciências sociais — caso contrário, certamente não teria podido imputar às "idéias beligerantes" bárbaras da época stalinista a circunstância de que tenham ocorrido excessos durante a invasão do Exército Vermelho não só na Alemanha, mas também anteriormente na Polônia, Romênia e Hungria. Seja como for, as potências ocidentais estariam, para ele, obcecadas por seu objetivo, concebido ilusoriamente, de destruição da Prússia. Reconheceram muito tarde que, mediante o avanço dos russos, a "Europa toda" tornou-se a "perdedora da catástrofe de 1945".

(8c) Conforme assinala Imanuel Geiss, Hillgruber defende em seu livro a tese de que os Aliados estabeleceram seus objetivos de guerra sem ter notícia de Auschwitz. Tais objetivos teriam sido definidos a partir de "preconceitos" e "clichês" contra o "militarismo agressivo da Prússia". (NT)

Diante dessa cena, Hillgruber pode então iluminar corretamente o "embate" do exército alemão do Leste — a "luta desesperada pela preservação da independência da posição de grande potência do Reich Alemão, que, conforme a vontade dos Aliados, deveria ser destruído. O exército alemão do Leste ofereceu uma barreira de proteção a um espaço povoado secularmente pelos alemães, à terra natal de milhões que habitavam uma

região central do Reich Alemão..." (p. 63). A dramática exposição encerra então com uma interpretação que se desejaria fosse a do 8 de maio de 1945: 40 anos depois, a questão de uma "reconstrução do centro europeu destruído... (está) tão aberta quanto antes, quando os contemporâneos, seja como co-partícipes ou como vítimas, foram testemunha da catástrofe do Leste alemão" (p. 74). A moral da história é evidente: pelo menos hoje a Aliança está correta.

Na segunda parte, Hillgruber trata, em 22 páginas, do aspecto do acontecimento que ele até então omitira no relato do acontecimento heróico "trágico". Já o subtítulo do livro sinaliza uma mudança de perspectiva. Contrastando com a "Destruição do Reich Alemão", lastimada numa retórica de panfleto de guerra (destruição, aliás, que aparentemente só ocorreu na "frente oriental"), figura, registrado sobriamente, o "Fim do Judaísmo Europeu"<sup>8d</sup>. Enquanto a "destruição" requer um inimigo agressivo, um "fim" se dá como que por si mesmo. Enquanto lá "o extermínio de exércitos inteiros" figurava ao lado da "coragem sacrificada dos indivíduos", fala-se aqui das "unidades estacionárias" que substituíram os "comandos de assalto" (*Einsatzkommandos*). Enquanto lá "muitos desconhecidos superavam suas próprias forças diante da catástrofe iminente", aqui as câmaras de gás são descritas como "meios mais efetivos" da liquidação. Lá os clichês de um jargão herdado da juventude, não eliminado nem submetido a uma revisão (*nichtrevidiert*); aqui, a linguagem burocrática glacial. O historiador modifica não apenas a perspectiva do relato. Trata-se agora de provar que a "morte dos judeus" foi uma "consequência exclusiva da doutrina racial radical"(p. 9).

Stürmer estava interessado na questão de saber "até onde essa fora a guerra de Hitler e até onde fora a guerra dos alemães"<sup>9</sup>. Hillgruber levanta uma questão análoga em relação ao extermínio dos judeus. Ele faz raciocínios hipotéticos a respeito de como seria a vida dos judeus, caso os nacionalistas alemães e os *Stahlhelmer*<sup>9a</sup> tivessem chegado ao poder em 1933 no lugar dos nazistas. As leis de Nuremberg teriam sido promulgadas da mesma forma que todas as outras medidas que, até 1938, "impingiram uma consciência especial" aos judeus, pois estavam "de acordo com os sentimentos de uma grande parte da sociedade" (p. 87). Hillgruber, porém, não duvida de que, entre 1938 e 1941, *todos* os responsáveis por funções importantes já tinham considerado uma política de emigração forçada como a melhor solução da questão judaica. Seja como for, até então dois terços dos judeus alemães já teriam "alcançado o exterior". Por último, no que concerne à solução final desde o ano de 1941, foi Hitler sozinho que a concebera desde o início. Hitler queria o extermínio físico de todos os judeus "porque só através de semelhante 'revolução racial' podia emprestar durabilidade à desejada 'posição de potência mundial' de seu Reich" (p. 89). Como à palavra *konnte* (podia) falta o trema do conjuntivo, não se sabe se o historiador apropriou-se também desta vez da perspectiva do participante dos acontecimentos<sup>9b</sup>.

De qualquer maneira, Hillgruber opera um corte nítido entre a ação

(8d) "Destruição do Reich Alemão" e "Fim do Judaísmo Europeu" são os subtítulos do livro de Hillgruber. Veja-se a nota 8. (NT)

(9) Stürmer, *Dissonanzen*, p. 190.

(9a) Os nacionalistas alemães (*Deutschnationale*) eram membros do Partido Popular Nacionalista Alemão (1918-1933); os *Stahlhelmer* (literalmente "capacetes de aço") eram os ex-combatentes da Primeira Guerra que em 1918 fundaram a "Liga dos Soldados da Front" (*Bund der Frontsoldaten*). (NT)

(9b) O conjuntivo, em alemão, é traduzido normalmente pelo subjuntivo ou pelo futuro do pretérito em português. Como estes, exprime dúvida, probabilidade ou irrealidade. (NT)

de eutanásia, na qual sucumbiram 100.000 doentes mentais, e o próprio extermínio dos judeus. Sobre o pano de fundo de uma genética humana social-darwinista, a morte de "vidas indignas de vida" teria por muito tempo encontrado o assentimento da população. Em contrapartida, com a idéia da "solução final", Hitler teria estado isolado também na estreita camarilha dirigente "e mesmo em relação a Göring, Himmler e Heydrich". Depois que Hitler foi assim identificado como o único responsável pela idéia e pela decisão, resta explicar ainda a execução — mas também o fato assustador de que a massa da população, como Hillgruber admite inteiramente, tenha permanecido em silêncio diante disso tudo.

Naturalmente, o objetivo da penosa revisão correria perigo caso este fenômeno tivesse, por fim, de ser submetido a um julgamento moral. É por isso que neste ponto o historiador, que procede de maneira narrativa e não leva em nenhuma conta as tentativas de explicação das ciências sociais, rompe em considerações antropológicas genéricas. Na sua opinião, "a aceitação do terrível acontecimento, pressentido pelo menos obscuramente pela massa da população... prova algo para além da singularidade histórica do acontecimento" (p. 98). Firme na tradição dos mandarins alemães, Hillgruber espanta-se profundamente, de resto, com o elevado número de acadêmicos envolvidos — como se para isso não houvesse explicações inteiramente plausíveis. Numa palavra: que uma população civilizada tenha permitido que tal monstruosidade acontecesse, eis um fenômeno que Hillgruber exime da competência disciplinar do já atarefado historiador — e que ele repele, descompromissadamente, à dimensão antropológica genérica.

#### IV

Na *Historische Zeitschrift* (Revista de História, volume 242, 1986, p. 465 e seg.), o colega de Hillgruber, professor em Bonn, Klaus Hildebrand, recomenda como "indicador de caminho" um trabalho de Ernst Nolte que teria o mérito de tirar a "aparente singularidade" da história do "III Reich" e inserir historicamente a "capacidade de extermínio da visão de mundo e do regime" no conjunto do desenvolvimento do totalitarismo. Nolte, que já gozara de amplo reconhecimento com o livro sobre o *Fascismo em Sua Época* (*Faschismus in seiner Epoche*, 1963), é na verdade talhado de uma madeira diferente da de Hillgruber.

Em seu artigo "Entre Mito e Revisionismo"<sup>10</sup>, ele fundamenta a necessidade de uma revisão nos dias de hoje com o argumento de que a história do "III Reich" teria sido amplamente escrita pelos vencedores, tendo-se tornado um "mito negativo". Para ilustrar, Nolte convida a um aprazível exercício de reflexão no qual se imaginasse Israel, *após* seu extermínio completo, do ponto de vista de uma OLP vitoriosa: "Por décadas, possivelmente por séculos, ninguém se atreveria a atribuir as causas motoras

(10) Nolte, E., "Between Myth and Revisionism. The Third Reich in the Perspective of the 1980s", in Koch, H.W., *Aspects of the Third Reich*, Londres, 1985, p. 16 e segs. As indicações de página referem-se a esta edição.

do sionismo ao... espírito de resistência ao anti-semitismo europeu" (p. 21). Segundo ele, mesmo a teoria sobre o totalitarismo dos anos 50 não proporcionou nenhuma mudança de perspectiva, mas levou apenas a incluir a União Soviética na imagem negativa. Um conceito que vive assim da oposição ao Estado constitucional democrático não é ainda suficiente para Nolte; para ele, o que importa é a dialética das ameaças recíprocas de exterminação. Muito antes de Auschwitz, Hitler teria tido, segundo ele, bons motivos para sua convicção de que o inimigo queria exterminá-lo — "aniquilá-lo" — diz a expressão no original inglês. Como prova disso, vale para ele a "declaração de guerra" feita por Chaim Weizmann por ocasião do congresso internacional judaico em setembro de 1939, que teria autorizado Hitler a tratar os judeus alemães como prisioneiros de guerra — e a deportá-los (p. 27 e seg.)<sup>10a</sup>. Já algumas semanas atrás pôde-se ler no *Zeit* (na verdade sem a menção do nome) que Nolte servira esse argumento aventureiro no jantar oferecido a um convidado judeu, o seu colega de profissão Saul Friedländer, de Tel Aviv — argumento que agora leio em seu escrito.

Nolte não é o narrador conservador minucioso, que se vê às voltas com o "problema de identificação". Ele soluciona o dilema de Stürmer entre fundação de sentido e ciência mediante uma decisão firme, escolhendo como ponto de referência de seu relato o terror do regime Pol Pot no Camboja. A partir daí, ele reconstrói uma história (*Vorgeschichte*) que, passando pelo "Gulag", a expulsão dos kulaks por Stálin e a Revolução bolchevique, remonta a Babeuf, os primeiros socialistas e os defensores da reforma agrária inglesa no início do século XIX — uma linha de insurreição contra a modernização cultural e industrial, movida pela nostalgia ilusória de reconstrução de um mundo transparente, autárquico. Nesse contexto de terror, o extermínio dos judeus surge tão-só como o resultado deplorável de uma reação, todavia compreensível, àquilo que Hitler havia sentido como ameaça de extermínio: "O assim chamado extermínio dos judeus durante o III Reich foi uma reação ou cópia distorcida, não um processo único ou um original".

Num outro artigo, Nolte esforça-se em explicar o arcabouço filosófico de sua *Trilogia sobre a História das Ideologias Modernas*<sup>11</sup>. Esta obra não está em discussão aqui. Naquilo que Nolte, o aluno de Heidegger, chama de sua "historiografia filosófica", interessa-me tão-só o aspecto "filosófico".

No início dos anos 50 discutiu-se em antropologia filosófica o entrelaçamento entre a "abertura" do homem "para o mundo" e o seu "aprimoramento ao ambiente" — uma discussão que envolveu A. Gehlen, H. Plessner, K. Lorenz e E. Rothacker. O uso peculiar que Nolte faz do conceito heideggeriano de "transcendência" traz-me à lembrança aquela discussão. Com essa expressão, Nolte desloca, desde 1963, a grande virada, o processo de ruptura de um mundo tradicional de vida rumo à modernidade, para o plano antropológico originário. Nessa dimensão profunda em que todos os gatos são pardos, ele se empenha em compreender os moti-

(10a) A passagem do texto de E. Nolte a que Habermas alude é a seguinte: "...mas dificilmente se poderá negar que Hitler tenha tido bons motivos para estar convencido da 'vontade de extermínio' (*Vernichtungswille*) de seus inimigos muitíssimo antes da época em que as primeiras notícias sobre os acontecimentos em Auschwitz chegassem ao conhecimento do mundo. A brochura de 1940 "German Must Perish", de Theodore N. Kaufmann, foi citada não muito raramente na literatura especializada, mas não me lembro de ter lido em nenhum dos grandes relatos alemães sobre o período nada acerca das palavras oficiais de Chaim Weizmann, datadas dos primeiros dias de setembro de 1939, nas quais se diz que os judeus de todo o mundo lutariam ao lado da Inglaterra na guerra. Seja como for, tenho de censurar-me por não ter conhecido e empregado esse escrito em 1963, embora pudesse ser encontrado no "Archiv der Gegenwart" de 1939, e possa fundamentar a tese, cheia de consequências, de que Hitler podia tratar os judeus alemães como criminosos de guerra, isto é, podia aprisioná-los (*internieren*)" (*Historikerstreit*, p. 24). Como assinala Geiss, a passagem do "Archiv der Gegenwart" utilizada por Nolte baseia-se numa nota da agência Reuter, que afirma que em 2 de setembro de 1939 Chaim Weizmann enviou uma mensagem ao primeiro-ministro Chamberlain na qual dizia que os judeus lutariam pela democracia ao lado da Grã-Bretanha, pondo à disposição desta "destacamentos judeus, instrumentos técnicos e dinheiro". (NT)

(11) Idem, *Philosophische Geschichtsschreibung heute*, *Historische Zeitschrift* 242, 1986, p. 265 e segs.



vos antimodernistas que se voltam contra "uma afirmação incondicional da transcendência prática". Com isso, Nolte entende a "unidade", supostamente fundamentada de modo ontológico, "entre economia mundial, técnica, ciência e emancipação". Tudo isso se presta perfeitamente às disposições de espírito hoje dominantes — e aos contornos das imagens de mundo californianas que daí nascem. Mais irritante é a não-diferenciação que deste ponto de vista torna, "apesar de todo realce de suas oposições, Marx e Maurras, Engels e Hitler, figuras afins". Só quando marxismo e fascismo derem-se a conhecer igualmente como tentativas de formular uma resposta às "realidades alarmantes da modernidade" é que a verdadeira intenção do nacional-socialismo também poderá ser distinguida nitidamente de sua *praxis* funesta: "o 'crime' não estava implícito na intenção última, mas sim na imputação de culpa a um grupo de pessoas que ficou, ele mesmo, tão perplexo com o processo de emancipação da sociedade liberal que se declarou ameaçado de morte em suas figuras representativas" (p. 281).

Bem que se poderia deixar de lado o tosco arcabouço filosófico de um espírito deveras excêntrico, caso historiadores de época neoconservadores não julgassem oportuno servir-se justamente dessa variedade de Revisionismo.

Como contribuição ao Colóquio Römerberg neste ano, que, como as conferências de Hans e Wolfgang Mommsen<sup>11a</sup>, tratou do tema "Passado que Não Quer Passar", o caderno de cultura do FAZ de 6 de junho de 1986 brinda-nos com um artigo militante de Ernst Nolte — aliás, sob um pretexto hipócrita (afirmo-o por ter conhecimento da correspondência que o supostamente desconvidado Nolte trocou com os organizadores). Também Stürmer solidarizou-se no momento com o artigo no qual Nolte reduz a singularidade do extermínio dos judeus ao "processo técnico de extermínio pelo gás" e, com um exemplo antes abstruso tomado à Guerra Civil Russa, corrobora sua tese de que o arquipélago Gulag é "anterior" a Auschwitz. Do filme *Shoah*, de Lanzmann, o autor só é capaz de inferir "que os destacamentos SS também podiam tornar-se vítimas dos campos de extermínio, e que, por outro lado, existia um anti-semitismo virulento entre as vítimas polonesas do nacional-socialismo". Essas degustações de tirar o apetite mostram que Nolte sobrepuja de longe a um Fassbinder. Se o FAZ pôs-se, com razão, em campo contra a apresentação da peça deste em Frankfurt<sup>11b</sup>, por que isso agora?

Só posso tornar isso claro para mim mediante o fato de que Nolte não apenas contorna de maneira mais elegante o dilema entre fundação de sentido e ciência, mas também porque tem pronta uma solução para um outro dilema. Stürmer descreve esse outro dilema com a frase: "Na realidade da Alemanha dividida, os alemães têm de encontrar sua identidade, que já não pode ser fundada no Estado nacional, mas que também não existe sem nação"<sup>12</sup>. Os planejadores ideológicos querem criar consenso em torno de um renascimento da consciência nacional, mas ao mesmo tempo têm de eliminar as imagens de Estado nacional hostil no âmbi-

(11a) Hans Mommsen, professor de história moderna na Universidade de Bochum. Escreveu para a "Querela" o artigo "Em Busca do 'Passado Perdido? Observações à Auto-compreensão da História na República Federal da Alemanha", publicado na revista *Merkur*, de setembro/outubro de 1986; e também "Nova Consciência Histórica e Relativização do nacional-socialismo", publicado em *Blätter für die deutsche und internationale politik* (Cadernos de política alemã e internacional), de outubro de 1986. Wolfgang Mommsen: professor de história moderna na Universidade de Düsseldorf. Contribui na Querela com o artigo "Nem Mentir nem Esquecer Liberta do Passado", publicado no jornal *Frankfurter Rundschau* de 01/12/1986. (NT)

(11b) A peça de Fassbinder é *O Lixo, a Cidade e a Morte*, que contém ofensas aos judeus. (NT)

(12) Stürmer, M., "Kein Eigentum", p. 98 (veja-se nota 5); idem, *Dissonanzen*, p. 328 e segs.

to da Otan. A teoria de Nolte oferece uma grande vantagem para essa manipulação. Ela mata dois coelhos de uma só cajadada: os crimes nazistas perdem sua singularidade porque podem ser compreendidos, no mínimo, como respostas às ameaças de extermínio (que persistem até hoje) por parte dos bolcheviques. Auschwitz reduz-se ao formato de uma inovação técnica e explica-se a partir de uma ameaça "asiática" de um inimigo que ainda continua à nossa porta.

## V

Quando se examina a composição das comissões que elaboraram os projetos dos museus planejados pelo governo federal — o Deutsches Historisches Museum, em Berlim, e a Haus der Geschichte der Bundesrepublik, em Bonn<sup>12a</sup> —, não se pode livrar de todo da impressão de que as idéias do Novo Revisionismo devem também transformar-se em peças, objetos de exposição para efeito de educação popular (*volkspädagogisch*). Os pareceres apresentados têm, por certo, uma face pluralística. A novos museus, porém, dificilmente poderia suceder algo diferente que a novos institutos Max Planck: os memoriais programáticos, que de regra precedem uma inauguração, não têm muito a ver com aquilo que deles farão os diretores empossados. Isso também foi pressentido pelo liberal Jürgen Kocka, membro álibi na comissão de peritos de Berlim: "No final será decisivo quais pessoas terão a decisão nas mãos... também aqui são esses pequenos detalhes que trazem os grandes problemas" (*auch hier steckt der Teufel im Detail*)<sup>13</sup>.

Quem poderia pretender levantar-se contra esforços seriamente intencionados em fortalecer a consciência histórica da população na República Federal da Alemanha? Mas há também bons motivos para um distanciamento historicizante em relação a um passado que não quer passar. Martin Broszat<sup>13a</sup> os expôs de maneira convincente. As relações complexas entre criminalidade e normalidade dúbia do cotidiano nacional-socialista, entre destruição e energia vital produtora, entre perspectiva sistêmica avassaladora e ótica de proximidade local, discreta, ambivalente, poderiam suportar uma presentificação salutarmente objetivante. A cobrança pedagogizante de curto fôlego em relação a um passado de pais e avós falsamente moralizado poderia, então, dar lugar ao entendimento distanciador. A diferenciação cuidadosa entre o entender e o condenar de um passado chocante também poderia ajudar a solucionar a paralisia hipnótica. Só que este tipo de historização, exatamente ao contrário do Revisionismo de um Hillgruber ou Nolte, recomendado por Hildebrand ou Stürmer, não se deixaria guiar pelo impulso de *livrar-se* das hipotecas de um passado felizmente amoralizado. Não quero atribuir más intenções a ninguém. Há um critério simples a partir do qual os espíritos se dividem: uns partem de que o trabalho de uma compreensão distanciadora libera a força de uma recordação reflexiva, ampliando, com isso, o espaço de jogo para um tra-

(12a) Museu Histórico Alemão e Casa da História da República Federal da Alemanha. (NT)

(13) Kocka, J., "Einjahr-hundertunternehmen", *Das Parlament* 17, 24/05/1986, p. 18.

(13a) Martin Broszat: diretor do Instituto de História de Época e professor honorário da Universidade de Munique. Tomou parte na Querela com o artigo "Onde os Espíritos se Dividem. A Evocação da História não Serve como Sucedâneo à Religião Nacional", publicado no *hebdomadário Die Zeit* de 3 de outubro de 1986. (NT)

tamento autônomo de tradições ambivalentes; os outros gostariam de ter à disposição uma história revisionista para o encorajamento de uma identidade convencional em relação à história nacional.

Talvez esta formulação não seja ainda suficientemente clara. Quem busca o renascimento de uma identidade arraigada ingenuamente à consciência nacional; quem se deixa guiar por imperativos funcionais da previsibilidade, da formação de consenso, da integração social mediante fundação de sentido, tem de rejeitar o efeito iluminista da historiografia e recusar um pluralismo abrangente das interpretações da história. Dificilmente se fará injustiça a Michael Stürmer se se entende seu artigo neste sentido: "Ao contemplar os alemães *vis-à-vis* de sua história, põe-se a nossos vizinhos a questão de saber aonde tudo isso vai dar. A República Federal da Alemanha é... peça central no arco de defesa europeu do sistema atlântico. Todavia, mostra-se agora que cada uma das gerações que hoje vive na Alemanha traz consigo imagens distintas, opostas do passado e do futuro... A busca da história perdida não é um esforço pedagógico abstrato: ela é moralmente legítima e politicamente necessária. Porque se trata da continuidade interna da república alemã e da providência de sua política externa"<sup>14</sup>. Stürmer pleiteia uma imagem *uniformizada* da história que possa assegurar identidade e integração social, em substituição aos poderes da crença religiosa que foram desviados para o plano privado.

Consciência histórica como sucedâneo da religião — não será exigir demais querer que a historiografia realize esse velho sonho do historicismo? Com certeza, os historiadores alemães podem encontrar em sua corporação uma verdadeira tradição de sustentação do Estado (*staatstragende Tradition*). Ainda recentemente, Hans-Ulrich Wehler lembrou mais uma vez a contribuição ideológica para a estabilização do Reich pequeno-alemão<sup>14a</sup> e para a delimitação interna dos "inimigos do Reich". Essa mentalidade, que se formou com o fracasso da Revolução de 1848-49 e depois da derrota da historiografia liberal do tipo de Gervinus, predominou até o final dos anos 50 de nosso século: "Historiadores liberais, esclarecidos, só puderam ser encontrados, desde há cem anos, ou cada vez mais isolados ou em pequenos grupos marginais. A maioria da corporação pensava e argumentava em termos de Reich nacional, de consciência de Estado, de poder político"<sup>15</sup>. O fato de que após 1945 ou, pelo menos, com a geração de historiadores mais jovens formada depois de 1945 se afirmasse não apenas um outro espírito, mas também um pluralismo de leituras e de iniciativas metodológicas não é, porém, de modo algum apenas uma avaria que pudesse simplesmente ser reparada. A velha mentalidade foi apenas a expressão, no plano desta disciplina, de uma consciência de mandarins que, por bons motivos, não sobreviveu ao período nazista: por impotência comprovada contra ou mesmo por cumplicidade com o regime nazista, sua falta de substância ficou patente para todos. O impulso reflexivo, pressionado historicamente, abalou não apenas as premissas ideológicas da historiografia alemã; ele também aguçou a consciência metodológica para a dependência contextual de toda historiografia.

(14) FAZ, 25/04/1986.

(14a) Pequeno-alemão (*kleindeutsch*): o adjetivo refere-se à "Pequena Alemanha", isto é, à tentativa de constituir no século XIX uma república federativa dos estados alemães sob o comando da Prússia, e *sem* a participação da Áustria e dos Sudestos. (NT)

(15) Wehler, H.-U., "Den rationalen Argumenten standhalten", in *Das Parlament*, 17, 24/05/1986, p. 2; cf. também do mesmo autor *Geschichtswissenschaft eute*, in Habermas, J. (org.), *Stichworte zur "Geistigen Situation der Zeit"*, Frankfurt/Main, 1979, p. 709 e segs.

É, porém, uma compreensão equivocada desse conhecimento hermenêutico partir, como os revisionistas, do fato de que podem iluminar o presente com os refletores de passados históricos reconstruídos aleatoriamente e escolher, entre as opções, uma imagem particularmente apropriada da história. A consciência metodológica apurada significa, ao contrário, o fim de toda imagem fechada da história, principalmente a prescrita por historiadores do governo. O pluralismo inevitável, de forma alguma incontrolado, mas tornado transparente, das leituras espelha tão-somente a estrutura de sociedades abertas. Só ele oferece a chance de tornar claras as tradições formadoras de identidade em suas ambivalências. Exatamente isso é necessário para a apropriação crítica de tradições pluralistas, vale dizer, para a formação de uma consciência histórica que é tão inconciliável com imagens fechadas e naturalmente secundárias da história quanto com toda e qualquer figura de uma identidade convencional, isto é, *partilhada* de modo unânime e pré-reflexivo.

O que hoje se lamenta como "perda da história" não tem apenas o aspecto do abafar e do recalcar, não apenas o aspecto do estar fixado de um passado incômodo e, por isso, paralisado. Se os símbolos nacionais perderam sua força marcante entre os mais jovens; se identificações ingênuas com a própria origem deram lugar a um procedimento de tentativas com a história; se as discontinuidades são sentidas com mais força e as continuidades não são celebradas a qualquer preço; se o orgulho nacional e o sentimento de valor próprio coletivo são coados pelo filtro de orientações de valores universalizantes — se tudo isso é realmente assim, então se multiplicam os indícios de formação de uma identidade pós-convencional. Esses indícios são cercados de todos os lados por gritos de Cassandra; se eles não enganam, revelam apenas uma coisa: que não perdemos de todo a chance, o que podia significar também a catástrofe moral.

A abertura incondicional da República Federal da Alemanha para a cultura política do Ocidente é o grande êxito intelectual de nosso período do após-guerra, êxito de que justamente minha geração poderia orgulhar-se. Esse resultado se firma não através de uma filosofia pró-Otan pintada com as cores nacionais alemãs. Aquela abertura foi realizada justamente mediante a superação da ideologia do centro, que nossos revisionistas trazem de novo à baila com seu tantã geopolítico da "antiga posição dos alemães no centro da Europa" (Stürmer) ou da "reconstrução do centro europeu destruído" (Hillgruber). O único patriotismo que não nos aliena do Ocidente é um patriotismo constitucional. Uma ligação, apoiada em convicções, aos princípios constitucionais universalizantes só pôde, infelizmente, formar-se na nação cultural dos alemães depois — e através — de Auschwitz. Quem quer eliminar nosso rubor ante esse fato com figuras de retórica tais como "possessão de culpa" (Stürmer e Oppenheimer), quem quer chamar os alemães de novo a uma forma convencional de identidade nacional, destrói a única base confiável de nossa ligação com o Ocidente.

Jürgen Habermas é professor de Filosofia da Universidade Wolfgang Goethe, de Frankfurt. Já publicou nesta revista "A Nova Intransparência" (Nº 18).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
Nº 25, outubro de 1989  
pp. 16-27.

---